

# Brasília tem verbas curtas para 86

Dentro da política de contenção de gastos recomendada pelo presidente José Sarney, o governo do Distrito Federal reduziu de 9 para 5,7 trilhões de cruzeiros o orçamento para 86. A medida, de acordo com os estudos efetuados pela Secretaria do Governo, cortando as despesas adiáveis e combatendo o supérfluo, não vai parar a máquina administrativa.

O orçamento do Governo do Distrito Federal que está sendo apresentado hoje, junto à Seplan é da ordem de 5,734 trilhões de cruzeiros e prevê maiores recursos para as áreas de educação, saúde e segurança pública. A receita do GDF está representada por 53,5 por cento de recursos oriundos da União; 39 por cento da receita própria e 7,5 por cento de recursos vinculados.

Quanto às despesas, o GDF aplicará 70,3 por cento em pessoal e encargos

sociais; 19,4 por cento em outras despesas correntes (para manter a máquina administrativa em funcionamento) e 10,3 por cento em despesas de capital (investimentos do Governo).

O GDF terá ainda, cerca de 448,8 bilhões de cruzeiros para serem aplicados no Fundo de Investimentos do Distrito Federal - FUNDEF. O detalhamento da aplicação desses recursos será definido até o final de julho.

## Novas secretarias

Os custos de implantação das novas secretarias (Cultura, Comunicação Social, Trabalho e Indústria e Comércio) não foram computados no orçamento do próximo ano porque só se pode neste, constar realidades. Para fazer frente a estes custos, no entanto, pediu-se uma reserva de contingência no valor de Cr\$ 67 bilhões de cruzeiros, de modo a que tão

logo as novas secretarias sejam aprovadas pelo Congresso, se tenha recursos para viabilizá-las. Cada secretaria inicialmente vai consumir Cr\$ 100 milhões mensais.

Dos quase Cr\$ 31 bilhões necessários para o custeio das despesas com pessoal e encargos sociais geradas pela criação da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, apenas a metade foi liberada pela Seplan, arcando o GDF, através de recursos próprios, com as diferenças decorrentes do aumento das despesas de abril a junho. Está pendente ainda a diferença do mês de março, que gira em torno de Cr\$ 3 bilhões.

Esta situação, segundo ofício encaminhado pelo governador José Aparecido ao ministro chefe da Seplan, é agravada ainda pela impossibilidade do Tesouro do DF suportar, a partir de julho, o aumento

dos custeios dos dispêndios em pessoal e encargos sociais da carreira policial, representada pela quantia de Cr\$ 41 bilhões e 710 milhões. A liberação destes recursos, através da abertura de crédito suplementar da União em favor do DF, é solicitada no ofício do governador José Aparecido.

O ofício esclarece ainda que o Decreto-Lei que criou a carreira dispunha expressamente que a despesa com a execução do mesmo correria por conta das dotações orçamentárias transferidas pela União ao DF. «Nestes termos, à primeira vista parecia inexequível a sua aplicação, não fosse a certeza da participação efetiva da União», frisa o documento, assegurando, contudo, que do pedido de crédito suplementar da ordem de Cr\$ 30 bilhões e 799 milhões, somente foram liberados Cr\$ 13,2 bilhões.